



Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.

Parte do grupo UBS

C.N.P.J. 32.062.580/0001-38

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 25 de março de 2025.

Apresentação: Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações financeiras do Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco") para o semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acrescidas das notas explicativas e do relatório de auditoria independente.

Evento dos negócios: O Banco apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, prejuízo de R\$ 9.334 mil (2023 - lucro líquido de R\$2.503 mil). A principal linha de negócio do Banco é a concessão de crédito para clientes do segmento *Wealth Management*, com garantia de posições custodiadas em instituições integrantes do Conglomerado UBS Brasil. O ambiente econômico desafiador e a redução no volume da carteira de crédito impactaram negativamente o resultado do Banco em 2024.

Principais fatos societários e/ou administrativos ocorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras: Em 31 de maio de 2024, foi concluída a fusão entre o UBS A.G. e o Credit Suisse A.G. ("Parent Bank merger - PBM"), com a consequente incorporação do Credit Suisse A.G. Desta forma, o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. passou a ser controlado diretamente pelo UBS A.G.

Até a data de emissão deste relatório não havia ocorrido nenhuma outra mudança na estrutura societária do grupo no Brasil, além da mencionada acima, como resultado do acordo para a fusão dos negócios do Credit Suisse Group A.G. e UBS Group A.G., celebrado em 19 de março de 2023.

Conforme aprovação do Banco Central do Brasil, a partir de 1º de julho de 2024, o Conglomerado Prudencial UBS

Brasil passou a ser composto pelas seguintes entidades: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited, UBS BB Banco de Investimento S.A. e UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., além dos fundos de investimento proprietários, tendo como empresa líder o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

Política de distribuição de dividendos: Aos acionistas está assegurado o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme legislação em vigor.

Índice de Basileia: O Conglomerado UBS Brasil apura seus limites operacionais de forma consolidada. O Patrimônio de Referência, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$6.604.536 mil (2023 - R\$5.698.537 mil) e o Patrimônio de Referência mínimo requerido para a *RWA (Risk-weighted Assets)* correspondia a R\$1.429.577 mil (2023 - R\$1.623.082 mil), resultando em uma margem de R\$5.174.958 mil (2023 - R\$4.075.455 mil). O Índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2024, era de 36,96% (2023 - 28,09%).

(* Os saldos comparativos de 2023 correspondem ao Conglomerado Credit Suisse Brasil, portanto, tais saldos ainda não refletem a alteração na composição das entidades integrantes do Conglomerado Prudencial UBS Brasil, conforme mencionado no tópico "Principais fatos societários e/ou administrativos ocorridos até a data de apresentação das demonstrações financeiras".

Gerenciamento de riscos: O processo de gerenciamento de riscos do Conglomerado UBS Brasil está baseado em uma cultura de disciplina e transparência, visando uma abordagem prudente e apropriada na tomada de riscos. A Di-

retoria estabeleceu controles e limites, com o objetivo de identificar, mensurar, mitigar e gerir os riscos do grupo. Em atendimento à regulamentação do Banco Central do Brasil, o Conglomerado disponibilizará em seu site na internet, até 31 de março de 2025, as informações referentes à gestão de riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido, de que trata a Resolução CMN nº 4.958/21 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e à adequação do Patrimônio de Referência, conforme a Resolução CMN nº 4.955/21, assim como a descrição do processo de gestão de capital de que trata a Resolução CMN nº 4.557/17 no endereço: <https://www.ubs.com/global/pt/ags/country/brasil/pla33.html>

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria teve sua composição alterada durante o 2º semestre de 2024, passando a ser integrado também por membros externos ao Conglomerado, em atendimento aos normativos aplicáveis do Banco Central do Brasil. O Comitê de Auditoria aprovou, em 25 de março de 2025, as demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito em relatório específico e apresentado a seguir.

A Diretoria:

Aline de Menezes Santos
Camilla Angeli Ribeiro
Gabriela Rodrigues
Luiz Guilherme da Costa Manso Moreira de Mendonça
Marcelo Antonio Chiolov Luzetti
Marcelo Augusto Ramos
Mlena Weiss Aloisi

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023			
(Em milhares de Reais)			
ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	Nota	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Circulante		555.054	1.550.779
Caixa e equivalentes de caixa	5/6	395.856	1.000.253
Disponibilidades	5	549	37
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5/6	395.307	1.000.216
Aplicações no mercado aberto		395.307	1.000.216
Instrumentos financeiros		159.135	550.658
Títulos e valores mobiliários	7	-	140.384
Carteira própria		-	140.384
Relações interfinanceiras		109	182
Depósitos no Banco Central		109	182
Operações de crédito	8	159.026	410.092
Operações de crédito - setor privado		159.026	410.092
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	8b/c	(201)	(364)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(201)	(364)
Outros créditos		264	232
Diversos	9	264	232
Não-circulante		192.789	204.350
Realizável a longo prazo		192.782	204.341
Instrumentos financeiros		184.178	188.564
Operações de crédito	8	184.178	188.564
Operações de crédito - setor privado		184.178	188.564
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	8b/c	(80)	(192)
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa		(80)	(192)
Outros créditos		8.684	15.969
Ativo fiscal diferido	15c	7.596	11.338
Ativo fiscal corrente		517	7
Diversos	9	571	4.631
Permanente		7	9
Imobilizado		7	9
Imobilizado de uso		2.803	2.818
Depreciações acumuladas		(2.796)	(2.809)
Intangível		-	-
Ativos intangíveis		9	9
Amortizações acumuladas		(9)	(9)
Total do ativo		747.843	1.755.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Em milhares de Reais)				
	Nota	Semestre 2024	Exercícios 2024	Exercícios 2023
Receitas da intermediação financeira		36.687	119.964	282.874
Operações de crédito		22.460	53.202	138.684
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		14.061	66.487	142.828
Reversão à liquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8c	166	275	1.362
Despesas da intermediação financeira		(21.140)	(88.145)	(235.399)
Operações de captações no mercado		(21.140)	(88.145)	(235.399)
Resultado bruto da intermediação financeira		15.547	31.819	47.475
Outras receitas (despesas) operacionais		(16.526)	(35.424)	(35.515)
Despesas de pessoal	16d	(18.438)	(33.547)	(27.307)
Outras despesas administrativas	16a	(2.665)	(5.267)	(6.386)
Despesas tributárias		(725)	(1.501)	(2.132)
Outras receitas operacionais	16b	5.310	5.470	1.339
Outras despesas operacionais	16c	(8)	(579)	(1.029)
Resultado operacional		(979)	(3.605)	11.960
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(979)	(3.605)	11.960
Imposto de renda e contribuição social	15	(1.350)	(4.314)	(8.947)
Provisão para imposto de renda		(44)	(850)	(4.468)
Provisão para contribuição social		(1.306)	(3.464)	(2.817)
Participações nos lucros		-	(415)	(510)
Lucro líquido (prejuízo) do semestre/exercício		(2.329)	(8.334)	2.503
Quantidade de ações ordinárias	13a	54.000	54.000	54.000
Lucro líquido/prejuízo básico e diluído por ação		(43,12)	(154,33)	46,35

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Em milhares de Reais)				
	Nota	Semestre 2024	Exercícios 2024	Exercícios 2023
(Prejuízo)/Lucro líquido do semestre/exercício		(2.329)	(8.334)	2.503
Itens que não são reclassificados para o resultado		-	-	-
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego	11	617	617	(1.735)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego	11	(277)	(277)	781
Resultado abrangente do semestre/exercício		(1.989)	(7.994)	1.549

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Em milhares de Reais)				
	Nota	Semestre 2024	Exercícios 2024	Exercícios 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		(2.329)	(8.334)	2.503
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre/exercício		370	2.836	1.220
Ajustes ao lucro líquido		-	-	-
Reversão líquida de provisão para créditos de liquidação duvidosa	8c	(166)	(275)	(1.362)
Depreciações	16a	1	2	2
Constituição/(reversão) líquida de provisão para riscos fiscais e outros passivos contingentes	12	(547)	(25)	631
Atualização de depósitos em garantia	16b	(224)	(330)	(668)
Impostos e contribuições diferidos	15b	1.306	3.464	2.817
Lucro/(prejuízo) líquido do semestre/exercício ajustado		(1.959)	(6.498)	3.723
Variações patrimoniais		259.910	(998.305)	162.351
Títulos e valores mobiliários		181.019	140.384	27.982
Relações interfinanceiras		20	73	214
Operações de crédito		43.461	185.840	729.555
Outros créditos		4.672	3.843	1.999
Depósitos		18.930	(110.340)	(1.177.688)
Captações no mercado aberto		-	(840.076)	432.898
Outras obrigações		(8.997)	(6.231)	8.350
Juros recebidos		37.650	69.612	169.251
Juros pagos		(16.165)	(37.245)	(21.829)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(674)	(4.165)	(8.386)
Caixa gerado/(utilizado) pelas atividades operacionais		257.951	(603.803)	166.074
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-	(594)	(3.363)
Dividendos pagos	13c	-	(594)	(3.363)
Caixa (utilizado) pelas atividades de financiamento		-	(594)	(3.363)
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		257.951	(604.397)	162.711
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		257.951	(604.397)	162.711
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	5	1.397.905	1.000.253	837.524
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	5	995.856	395.856	1.000.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023						
(Em milhares de Reais)						
Nota	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		legal	estatutária			
Em 31 de dezembro de 2022	135.000	20.027	77.545	28	-	232.600
Resultados abrangentes:						
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego	11	-	-	(1.735)	-	(1.735)
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego	11	-	-	781	-	781
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.503	2.503
Destinações:						
Reserva legal	13b	125	-	-	(125)	-
Reserva estatutária	13b	-	1.784	-	(1.784)	-
Dividendos	13c	-	-	(594)	(594)	-
Em 31 de dezembro de 2023	135.000	20.152	79.329	(926)	-	233.555
Resultados abrangentes:						
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego	11	-	-	617	-	617
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego	11	-	-	(277)	-	(277)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(8.334)	(8.334)
Absorção de prejuízos	13b	-	(8.334)	-	8.334	-
Em 31 de dezembro de 2024	135.000	20.152	79.995	(586)	(6.005)	225.561
Em 1º de julho de 2024	135.000	20.152	79.329	(926)	(6.005)	227.550
Resultados abrangentes:						
Ajuste de avaliação sobre benefícios pós-emprego	11	-	-	617	-	617
Impostos diferidos sobre benefícios pós-emprego	11	-	-	(277)	-	(277)
Prejuízo do semestre		-	-	-	(2.329)	(2.329)
Absorção de prejuízos	13b	-	(8.334)	-	8.334	-
Em 31 de dezembro de 2024	135.000	20.152	79.995	(586)	-	225.561

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco") foi constituído sob a forma de sociedade limitada, está domiciliado em São Paulo, Rua do Acaia, 700/10º e 11º andares, Itaim Bibi, São Paulo SP, atua como Banco Múltiplo e está autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. O Banco é uma empresa integrante do Conglomerado UBS Brasil, cujo controlador é o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e suas operações são conduzidas dentro deste contexto. Após as discussões iniciadas conjuntamente pelo Departamento Federal Suíço de Finanças, Autoridade de Supervisão do Mercado Financeiro Suíço e o Banco Nacional Suíço, o UBS Group AG e o Credit Suisse Group AG celebraram um acordo de fusão em 19 de março de 2023 que previa a aquisição do Credit Suisse Group AG pelo UBS Group AG. Em 12 de junho de 2023 o UBS Group AG completou a aquisição do Credit Suisse Group AG e as subsidiárias do Credit Suisse Group AG se tornaram subsidiárias do UBS Group AG. Em 7 de julho de 2023 o Banco Central do Brasil aprovou a alteração no grupo de controle do Conglomerado Financeiro Credit Suisse no Brasil, composto por Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e de suas controladas Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários e Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., para o controlador final UBS Group AG, com sede em Zurich, Suíça. Em 31 de maio de 2024, foi concluída a fusão entre o UBS A.G. e o Credit Suisse A.G. ("Parent Bank merger - PBM"), com a consequente incorporação do Credit Suisse A.G. Desta forma, o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. passou a ser controlado diretamente pelo UBS A.G. Conforme aprovação do Banco Central do Brasil, a partir de 1º de julho de 2024, o Conglomerado Prudencial UBS Brasil passou a ser composto pelas seguintes entidades: Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A., Credit Suisse Brazil (Bahamas) Limited, UBS BB Banco de Investimento S.A. e UBS BB Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., Credit Suisse Próprio Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior, Credit Suisse "Próprio" Market Maker Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior e Credit Suisse Brazil Arbitrage Fund Limited, tendo como empresa líder o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras: As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração das demonstrações financeiras emanam da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.639/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), subsidiariamente ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), que considera os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, regulamentados pelo Bacen até o momento. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas tendo como escopo a instituição individual e incorporaram os normativos abaixo relacionados: Resolução CMN nº 4.924 de 24 de junho de 2021, aprovou o CPC 00 (R2) Pronunciamento sobre a estrutura conceitual e elementos requeridos para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.; Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020: estabeleceu critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com vigência a partir de janeiro de 2021, incluindo a apresentação da demonstração do resultado abrangente. Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores de certos ativos, instrumentos financeiros, provisões e passivos contingentes do Banco, conforme descritas na nota 3. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira dos mesmos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. O Banco Central do Brasil emitiu uma série de normativos durante o exercício que podem impactar as demonstrações financeiras do Banco para os próximos períodos, elencadas a seguir: Instrução Normativa BCB nº 464 de 2024: esclarece os critérios a serem observados na estimativa dos parâmetros para mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito de que trata a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023. Este normativo entra em vigor e produz efeitos a partir de janeiro de 2025.; Resolução CMN nº 5.146 de 2024: altera a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor a partir de agosto de 2024, porém produz efeitos a partir de janeiro de 2025.; Resolução BCB nº 390 de 2024: Altera a Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021, que dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF pelas administradoras de consórcio, pelas instituições de pagamento, pelas sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, pelas sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários e pelas sociedades corretoras de câmbio autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e sobre a estrutura do elenco de contas do COSIF a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor e produz efeitos a partir de janeiro de 2025.; Instrução Normativa BCB nº 560 de 2024: esclarece os critérios a serem observados na aplicação do que trata a Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, e a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023. Este normativo entra em vigor e produz efeitos a partir de janeiro de 2025.; Resolução BCB nº 397 de 2024: altera a Resolução BCB nº 352, de 23 de novembro de 2023, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge*) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Este normativo entra em vigor a partir de agosto de 2024, porém produz efeitos a partir de janeiro de 2025. Estão apresentados na nota 17 os efeitos decorrentes da adoção da resolução 4.966 e normas complementares. As demonstrações financeiras do semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram aprovadas pela administração para emissão e submetidas ao Comitê de Auditoria em 17 de março de 2025.

3. Descrição das principais práticas contábeis: O resultado das operações é apurado pelo regime de competência. b. Ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata *dia* e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (*fair value*) ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação, independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no ativo circulante, conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.068/2001. c. Caixa e equivalentes de caixa - são considerados como caixa e equivalentes de caixa as



Banco Credit Suisse (Brasil) S.A.

Parte do grupo UBS

C.N.P.J. 32.062.580/0001-38

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa: Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão assim representados:

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Disponibilidades	549	37
Aplicações interfinanceiras de liquidez	395.307	1.000.216
Caixa e equivalentes de caixa	395.856	1.000.253

6. Aplicações interfinanceiras de liquidez: Estão representadas por vendas a liquidar registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Posição bancada	-	160.142
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	395.307	-
Total	395.307	160.142

7. Títulos e valores mobiliários

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	-	840.074
Total	-	840.074

8. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários: Não haviam saldos em 31 de dezembro de 2024; em 31 de dezembro de 2023 os saldos estão representados conforme abaixo:

	Custo	Mercado
Carteira própria	-	-
Cotas de fundo multimercado (*)	140.384	140.384
Total	140.384	140.384

(*) As cotas do fundo de investimento multimercado estão representadas por aplicações do Banco em fundo exclusivo do Conglomerado UBS Brasil.

As cotas de fundo estão custodiadas nas câmaras de liquidação e compensação da B3 S.A.

b. Diversificação de títulos e valores mobiliários por classificação e prazos

	Total
Dezembro/2023	140.384
Total de títulos e valores mobiliários	140.384

Para negociação

Cotas de fundo multimercado	140.384
Total de títulos e valores mobiliários	140.384

8. Operações de crédito

a. Composição da carteira de crédito: A composição das operações de crédito compreende as seguintes operações:

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Empréstimos	343.204	596.535
Financiamentos	343.204	2.121
Total	343.204	598.656

b. Composição da carteira por faixa de vencimento e por ramo de atividade

	Setor privado				Total	
	Indústria	Serviços	Comércio	Pessoas físicas	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Vencimentos a vencer	-	-	-	-	-	-
Até 3 meses	-	884	11.255	4.159	16.298	51.134
De 3 a 12 meses	10.899	2.907	6.564	132.568	152.938	358.958
De 1 a 3 anos	3.042	24.915	4.250	141.761	173.968	188.564
Total	13.941	28.706	22.069	278.488	343.204	598.656
Concentração	4,06%	8,36%	6,43%	81,15%	100%	100%
Provisão por segmento	-	-	(72)	(209)	(281)	(556)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não houve baixas para prejuízo, tampouco recuperações de crédito. O montante em aberto de créditos renegotiados no exercício corresponde a R\$ 234.325 (2023 - R\$ 214.119).

c. Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o risco da carteira e a provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa estavam assim distribuídos:

Nível de risco	% de provisão	Carteira de crédito		Provisão	
		Dezembro/2024	Dezembro/2023	Dezembro/2024	Dezembro/2023
AA	-	286.948	487.378	-	-
A	0,5	56.256	111.278	(281)	(556)
Total	-	343.204	598.656	(281)	(556)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, as variações da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram as seguintes:

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Saldo de abertura	(556)	(1.918)
Reversões	295	1.368
Constituições	(20)	(6)
Saldo no fim do exercício	(281)	(556)

9. Outros créditos - diversos

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Valores a receber	125	87
Devedores por depósitos em garantia	571	4.631
Adiantamento e antecipações salariais	139	145
Total	835	4.863

10. Outras obrigações: a. Sociais e estatutárias: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, referem-se a gratificações e participações a pagar no montante de R\$ 592 (2023 - R\$ 3.173). Em 31 de dezembro de 2023, o saldo incluía também dividendos a pagar de R\$ 594. b. Fiscais e previdenciárias: Referem-se a impostos e contribuições a recolher no montante de R\$ 927 (2023 - R\$ 775). c. Diversas: Referem-se, substancialmente, a provisão para férias, 13º salário e encargos a pagar no valor de R\$ 6.859 (2023 - R\$ 8.026), aluguel a pagar de R\$ 35 (2023 - R\$ 35), contribuição ao FGC de R\$ 94 (2023 - R\$ 66) e provisão para passivo atuarial referente ao plano de assistência médica aos colaboradores e dependentes de R\$ 2.098 (2023 - R\$ 2.567), conforme descrito na nota 11. d. Obrigações fiscais correntes: Em 31 de dezembro de 2024, não há saldo de obrigação fiscal corrente. Em 31 de dezembro de 2023, refere-se ao imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido a pagar do exercício no valor de R\$ 2.797.

11. Passivo atuarial: O Banco oferece plano de saúde para seus colaboradores e dependentes, arcando com uma parcela e/ou total do custo do plano. Está garantida a continuidade da assistência médica aos participantes do plano de forma temporária ou vitalícia à medida em que se desligarem ou se aposentarem, dependendo do tempo total de contribuição durante a carreira ativa. O passivo atuarial corresponde ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo e é originado pelo subsídio concedido pela empresa aos inativos, ou seja, corresponde à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição esperada ao longo do tempo. O valor reconhecido como "Outras obrigações - diversas" no período foi de R\$ 2.098 (Dez/2023 - R\$ 2.567) e como "Ajustes de avaliação patrimonial", um ganho de R\$ 340 (2023 - perda de R\$ 954), líquido dos efeitos fiscais. O Banco realiza a estimativa e definição das premissas utilizadas na avaliação atuarial anualmente.

i. Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
a. Taxa real de juros/desconto da obrigação atuarial	12,20% a.a.	10,20% a.a.
b. Taxa anual de inflação de longo prazo	(7,49% a.a. real)	(5,45% a.a. real)
c. Tábua de mortalidade geral	4,25% a.a.	4,50% a.a.
d. Tábua de mortalidade em invalidez	AT-2000,	AT-2000,
e. Tábua de mortalidade de inválidos	suavizada em 10%	suavizada em 10%
f. Hipótese sobre rotatividade	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
g. Taxa estimada de permanência no plano	IAPB - 57	IAPB - 57
h. Aposentadoria	19%	20%
i. Composição familiar dos ativos	75%	75%
j. Composição familiar dos inativos	Eligibilidade à Previdência Social	Eligibilidade à Previdência Social
k. Inflação médica (HCCTR)	90% casados, cônjuge masculino 4 anos mais velho	90% casados, cônjuge masculino 4 anos mais velho
l. Aumento de custos por idade (aging factor)	Família informada	Família informada
ii. Exposição a riscos: As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós-emprego, expõe o Banco aos principais riscos dispostos a seguir: • Risco de juros/inflação: os valores dos planos estão vinculados aos índices de juros e inflação, e uma diminuição nessas taxas, elevará as obrigações e, por consequência, o passivo atuarial e despesas mais relevantes; e • Expectativa de vida/permanência no plano: os benefícios definidos disponibilizados pelo Banco possuem como variável a idade do beneficiário e a permanência no plano, por isso o aumento da expectativa de vida e de permanência no plano após a aposentadoria resultaria em um aumento do passivo e das despesas.	7,38% a.a. (3,00% a.a. real)	7,63% a.a. (3,00% a.a. real)
	8	8
	3,00% a.a.	3,00% a.a.

iii. Reconciliação do passivo atuarial

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
a. Reconciliação do valor das obrigações atuariais	-	-
1. Valor das obrigações no início do exercício	2.567	767
2. Custo do serviço corrente bruto (como juros, líquido da contribuição do participante)	20	33
3. Juros sobre obrigação atuarial	256	80
4. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	(34)	1.563
5. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	(591)	172
6. (Ganho) / perda atuarial decorrente de alterações nas premissas demográficas	8	-
7. Benefícios pagos pelo plano	(128)	(48)
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	2.098	2.567

b. Reconciliação do balanço

1. Passivo no balanço no início do exercício	2.567	767
2. Despesa reconhecida no exercício corrente	276	113
3. Montantes reconhecidos no OCI no exercício corrente	(617)	1.735
4. Contribuições de patrocinadoras verdadeiras no ano	(128)	(48)
Passivo no balanço no final do exercício	2.098	2.567

...continuação

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
c. Componentes da despesa do plano	-	-
1. Custo do serviço corrente	20	33
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	256	80
Total da despesa a ser reconhecida	276	113

d. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

1. Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	2.098	2.567
e. Componentes da despesa do plano projetada	-	-
1. Custo do serviço corrente	14	20
2. Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo	246	255
Total da despesa a ser reconhecida	260	275

f. Valores reconhecidos na demonstração de receitas e despesas (OCI)

1. Perda (ganho) atuarial decorrente da experiência da população	(34)	1.563
2. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas financeiras	(591)	172
3. Perda (ganho) atuarial decorrente de alterações nas premissas demográficas	8	-
Custo total reconhecido no OCI	(617)	1.735
g. Duration da obrigação atuarial	15,0	18,2

h. Fluxo de benefícios futuros

Exercício atual +1	115	123
Exercício atual +2	129	119
Exercício atual +3	138	129
Exercício atual +4	148	139
Exercício atual +5	158	149
Exercício atual +6 até exercício atual +10	980	906

i. Distribuição da obrigação atuarial

1. Ativos	377	519
2. Assistidos/aposentados/pensionistas	1.721	2.048
Total da obrigação atuarial	2.098	2.567

iv. Sensibilidade da obrigação de benefício: A tabela abaixo apresenta os impactos pela alteração das seguintes premissas:

	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(114)	(166)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) na apuração da obrigação atuarial	(1)	185
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo do serviço	(2)	(2)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo do serviço	(1)	2
Impacto da alteração da taxa de juros (+0,5%) no custo dos juros	4	(5)
Impacto da alteração da taxa de juros (-0,5%) no custo dos juros	4	5

12. Provisões: O Banco é parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal, trabalhista e cível. Em 31 de dezembro de 2024, as provisões no montante de R\$ 370 (2023 - R\$ 4.926) estão representadas principalmente por honorários advocatícios e obrigações legais fiscais que foram constituídas pelo valor total em discussão, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda, além de outras provisões contingentes que levam em conta as opiniões dos assessores jurídicos externos e são consideradas adequadas pela administração para atender a eventuais perdas, com base no contexto da Resolução CMN nº 3.823/09 e honorários advocatícios. Segue abaixo a movimentação das provisões contingentes no exercício:

	Dezembro/2023	Constituições/Atualizações	Reversões	Pagamentos	Dezembro/2024
Trabalhistas (a)	4.879	192	(222)	(4.526)	323
Cíveis	47	570	(565)	(5)	47
Total	4.926	762	(787)	(4.531)	370

	Dezembro/2022	Constituições/Atualizações	Reversões	Pagamentos	Dezembro/2023
Fiscais (b)	884	68	-	(952)	-
Trabalhistas (a)	4.345	563	-	(29)	4.879
Cíveis	47	-	-	-	47
Total	5.276	631	-	(981)	4.926

(a) Referem-se a ações contra o Banco, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação.

(b) A principal contingência fiscal provisionada refere-se a mandado de segurança (MS) impetrado para assegurar o direito de utilização da totalidade dos prejuízos fiscais, sem a limitação quantitativa prevista pela Lei nº 8.981/95. Em 2023, o depósito foi levantado em favor da União e a causa finalizada.

O Banco discute processos nas esferas judicial e administrativa, não reconhecidos em suas demonstrações financeiras, por apresentarem risco de perda possível de acordo com a opinião dos assessores jurídicos externos. Os principais processos estão descritos abaixo: • Questionamento de cliente Pessoa Jurídica sobre perdas auferidas nos seus investimentos correspondentes a inflação expurgada do "Plano Verão", implementado pelo governo brasileiro em janeiro de 1989. O processo encontra-se suspenso, aguardando julgamento do acurso pelo Supremo Tribunal Federal, cuja decisão será aplicável de forma unânime a todos os processos que se encontram a mesma tese. O valor atualizado da causa é de R\$ 3.777 (2023 - R\$ 3.607); • MS impetrado para questionar a constitucionalidade e legalidade do PIS e do COFINS sobre as receitas financeiras decorrentes de aplicação de recursos próprios e sobre quaisquer outras receitas que não aquelas decorrentes da venda de mercadorias e prestação de serviços auferidas, referentes aos fatos geradores de setembro/99 a dezembro/14 e (ii) o direito de utilizar o crédito, para quitar, por compensação, quaisquer tributos e contribuições administrados. O valor atualizado da causa é de R\$ 110.419 (2023 - R\$ 105.885); O Banco também é réu em processos de natureza trabalhista, classificados como risco de perda possível que, em 31 de dezembro de 2024, totalizavam R\$ 588 (2023 - R\$ 127). Na avaliação da administração do Banco, os valores apresentados nesta nota refletem adequadamente os impactos, no balanço e na demonstração do resultado, que seriam esperados caso as contingências (provisionadas e não provisionadas) viessem a ser exigidas.

13. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social está representado por 54.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. b. Reservas de lucros: A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite definido pela legislação societária. A reserva estatutária é limitada a 95% do valor do capital social e tem por finalidade a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco, sendo formada por recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício. O prejuízo apurado no exercício (R\$ 8.334) foi absorvido pelo saldo da reserva estatutária e esse movimento será ratificado pela AGO de abril de 2025. c. Dividendos: Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado conforme à legislação em vigor. De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 594 correspondente aos lucros auferidos pelo Banco no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, após a constituição de Reserva Legal, quando aplicável. Os dividendos foram pagos em 31 de maio de 2024.

14. Transações relevantes com partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20 e ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1).

a. Transações com partes relacionadas: Os principais saldos mantidos com partes relacionadas estão demonstrados da seguinte forma:

	Natureza do relacionamento	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Ativo			
Aplicações interfinanceiras de liquidez	Controlador	395.307	-
Títulos e valores mobiliários	Relacionada	-	140.384
Passivo			
Depósitos à vista	Controlador	50	50
Depósitos à vista	Relacionadas	4.224	4.226
Depósitos interfinanceiros	Controlador	-	302.202
Depósitos a prazo	Relacionadas	143.101	133.989
Captações no mercado aberto	Controlador	-	840.076

Outras obrigações:

Sociais e estatutárias - dividendos	Controlador	-	594
Diversas - aluguel	Controlador	35	35

	Natureza do relacionamento	Dezembro/2024	Dezembro/2023
Resultado			
Resultado de operações de crédito	Relacionadas	-	455
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Controlador	9.615	1.624
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	Relacionada	9.765	19.887
Resultado de operações de captação no mercado	Controlador	(16.315)	(117.383)
Resultado de operações de captação no mercado	Relacionadas	(14.113)	(15.312)

b. Remuneração do pessoal chave da administração: Na Assembleia Geral Ordinária é estabelecida a remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi registrada uma despesa no valor de R\$ 16.216 (2023 - R\$ 14.550), composta por honorários, gratificações e benefícios de remuneração de longo prazo, conforme explicado abaixo. As empresas integrantes do Conglomerado UBS Brasil participam de planos globais de remuneração de longo prazo, em especial do plano global de ações do UBS Group. Esses planos envolvem a atribuição aos funcionários e administradores de promessas de pagamento futuro baseadas em ações ou em outros ativos, desde que cumpridas determinadas condições, tais como sua permanência nas empresas. A liquidação destes planos é feita via crédito em conta corrente bancária. Para a liquidação em ações, o Banco mensura o valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos, tendo em conta as condições de mercado para cada plano. Nos pagamentos baseados em ações, liquidados conforme montante acima, o Banco mensura o passivo incorrido ao valor justo. Este procedimento consiste na captura da valorização das ações entre a data de concessão e a liquidação e é reconhecido mensalmente. Conforme anúncio feito globalmente em relação a compra do Credit Suisse A.G. pelo UBS A.G. em 12 de junho de 2023, as ações do Credit Suisse A.G. deixaram de existir. As ações do Credit Suisse A.G. foram convertidas na proporção de 1

ação UBS A.G. = 22,48 ações Credit Suisse A.G. A provisão total para funcionários e administradores referente ao plano global de ações e aos demais benefícios de longo prazo e respectivos encargos no valor de R\$ 592 (2023 - R\$ 3.173) encontra-se registrada na conta de "Outras obrigações".

15. Imposto de renda e contribuição social: a. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Dezembro/202
--	--------------